



## Ofício Circular nº 463/2025/CGJCE

Fortaleza, data da assinatura digital.

Aos Senhores Magistrados e às Senhoras Magistradas

### Processo nº 8500657-41.2025.8.06.0026 (SEI)

**Assunto:** Da expedição da Portaria nº 44/2025/CGJCE, que trata da instituição do Painel de Acompanhamento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.

Senhoras juízas e senhores juízes,

Cumprimentando-os(as) cordialmente, venho, por meio deste, cientificá-los(as) acerca da expedição da **Portaria nº 44/2025/CGJCE** (anexo), publicada no DJeA de 08/09/2025, que instituiu o **Painel de Acompanhamento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP)**, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, de uso obrigatório por todas as magistradas e magistrados do 1º grau de jurisdição do Estado do Ceará, para fins de gestão e regularização das inconsistências identificadas no sistema BNMP.

Referido normativo determina, ainda, que todas as Unidades Judiciárias do 1º Grau de Jurisdição procedam ao preenchimento do formulário eletrônico “**Saneamento do BNMP 3.0**”, bimestralmente, até o dia 15 (quinze) dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, informando as medidas tomadas relativas à regularização dos registros no BNMP, bem como esclarecendo circunstâncias impeditivas. A referida ferramenta encontra-se disponibilizada no Portal da Corregedoria, na aba “Formulários Eletrônicos”.

Frise-se que o acesso ao painel acima referido dar-se-á mediante a utilização de token a ser

encaminhado ao endereço eletrônico das Unidades Judiciárias, pelo Núcleo de Governança da Corregedoria-Geral da Justiça.

Atenciosamente.

**Marlúcia de Araújo Bezerra**

Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **MARLUCIA DE ARAUJO BEZERRA, Desembargador**, em 10/09/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0311528** e o código CRC **1F8161F9**.

Referência: Processo nº 8500657-41.2025.8.06.0026

SEI nº 0311528

PORTARIA 00044/2025

Disponibilização: 08/09/2025 às 17h05m

PORTARIA Nº 44/2025/CGJCE

Dispõe sobre a instituição do Painel de Acompanhamento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.

**A DESEMBARGADORA MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA**, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** que a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado do Ceará, nos termos do art. 39, caput, da Lei nº 16.397/2017 (Lei de Organização Judiciária) c/c o art. 13 do Regimento Interno da CGJCE;

**CONSIDERANDO** que esta Corregedoria-Geral exerce a função de Administradora do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 417/2021, alterada pelas Resoluções nºs 474/2022, 554/2024 e 577/2024, todas do Conselho Nacional de Justiça, que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a criação de Painel referente às inconsistências monitoradas pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), como medida fiscalizatória de caráter permanente e objetivando o auxílio de magistrados e magistradas na identificação de pendências relacionadas às suas unidades;

**CONSIDERANDO** os termos da decisão proferida de ID 0307207, nos autos do Pedido de Providências nº 8500657-41.2025.8.06.0026 (SEI), datada de 28/08/2025;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o **Painel de Acompanhamento do BNMP**, desenvolvido por esta Corregedoria-Geral, visando à integridade dos dados cadastrados no aludido sistema.

**Parágrafo único.** Tornar obrigatória a utilização da referida ferramenta por todas as magistradas e magistrados do 1º grau de jurisdição do Estado do Ceará, para fins de gestão e regularização das inconsistências identificadas no sistema BNMP.

**Art. 2º** O acesso ao painel instituído no artigo antecedente será realizado mediante a utilização de *token* a ser encaminhado ao endereço eletrônico das Unidades Judiciárias, pelo Núcleo de Governança da Corregedoria-Geral da Justiça.

**Parágrafo único.** A solicitação de alteração de acesso deverá ser encaminhada, via e-mail do referido Núcleo ([cgj.nucgov@tjce.jus.br](mailto:cgj.nucgov@tjce.jus.br)), pela magistrada ou magistrado gestor da unidade, ou, ainda, pela diretora ou diretor de secretaria, informando os seguintes dados:

I - nome completo;

II - matrícula;

III - cargo;

IV - e-mail da unidade judiciária.

**Art. 3º** Determinar que todas as Unidades Judiciárias do 1º Grau de Jurisdição procedam ao preenchimento do formulário eletrônico "**Saneamento do BNMP 3.0**", bimestralmente, até o **dia 15 (quinze)** dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, informando as medidas tomadas relativas à regularização dos registros no BNMP, bem como esclarecendo circunstâncias impeditivas.

**§ 1º** A ferramenta mencionada no *caput* será disponibilizada no Portal da Corregedoria, na aba "Formulários Eletrônicos".

**§ 2º** Se identificados eventos de autos de prisão em flagrante pendentes há mais de 5 (cinco) dias, cujos mandados de prisão ou internação NÃO estejam com status de "cumprido" ou, ainda, na ausência das referidas peças, poderá a unidade solicitar o auxílio desta Corregedoria para a devida exclusão no sistema BNMP, via formulário eletrônico referido no artigo antecedente.

**Art. 4º** Verificando-se a existência de eventos de autos de prisões em flagrante pendentes há mais de 5 (cinco) dias, cujos mandados de prisão ou internação estejam com o status "cumprido", caberá à magistrada ou magistrado responsável pela respectiva unidade judiciária remeter ofício direcionado ao DMF, solicitando a exclusão dos referidos eventos junto ao sistema BNMP.

**Parágrafo único.** As solicitações referidas no *caput* deverão ser enviadas via endereço eletrônico: [dmf@cnj.jus.br](mailto:dmf@cnj.jus.br), contendo dados do RJI, o nome da pessoa cadastrada no sistema, o nome e número do evento a ser excluído, bem como a devida justificativa.

**Art. 5º** Sendo identificadas unidades que deixaram de cumprir a obrigação alusiva ao art. 3º, caberá à Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias (CCMUJ) proceder, de imediato, à notificação de alerta por meio de e-mail e do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, ficando autorizada a reiteração por até 3 (três) dias úteis consecutivos, caso seja necessário.

**Art. 6º** Esgotado o prazo e realizadas as notificações referidas no art. 5º, deverá a CCMUJ realizar estudo analítico, a partir dos dados apresentados no painel e dos dados fornecidos através do formulário eletrônico, elaborando-se, ao final, relatório circunstanciado a ser remetido para análise da Corregedora ou Corregedor-Geral de Justiça.

**Parágrafo único.** O relatório circunstanciado será bimestral e conterá:

I - a listagem das unidades judiciárias que preencheram o referido formulário;

II - as solicitações e observações encaminhadas;

III - a listagem das unidades judiciárias que, embora constem com pendências no painel, não preencheram o formulário no prazo disposto no art. 3º.

**Art. 7º** A falta de preenchimento do formulário eletrônico por unidade que conste no Painel de Acompanhamento do BNMP poderá ensejar a abertura de procedimento em face da magistrada ou do magistrado gestor da unidade judiciária.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete da Corregedora-Geral da Justiça, em Fortaleza/CE, 08 de setembro de 2025.

**Marlúcia de Araújo Bezerra**

**Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará**

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/153017> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

